

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA ALESC:
“PROTAGONISTA NA EDUCAÇÃO CATARINENSE”

Relatório das ações relacionadas à pauta da Comissão de Educação e Cultura, que foram realizadas pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, entre os anos de 2015 a 2025¹:

- **101 Audiências Públicas;**
- **17 Espaços Institucionais (Grupos de Trabalhos, Comitês, Comissão ou Fóruns)**
de participação da Comissão de Educação e Cultura da Alesc;
- **160 Leis aprovadas; e**
- **90 eventos (Seminários, Conferências, Encontros e Webinários)**
- **03 Cartas Nacionais;**

¹ Relatório realizado até o mês de abril de 2025

101 Audiências Públicas
Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa de Santa Catarina,
entre os anos de 2015 a 2025

ANO	DESCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	LOCAL
2015	Plano Estadual de Cultura	Plenário Osni Regis - Alesc / Florianópolis
	Construção da EEB no bairro Efab	Salão Comunitário do Loteamento Zanrosso no Bairro Efapi - Chapecó
	Guia Alimentar	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Situação da UDESC em Palmitos	Palmitos
	Fundo de financiamento ao estudante do ensino superior	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Discussão do Plano Estadual de Educação	Caçador
	Discussão do Plano Estadual de Educação	Canoinhas
	Discussão do Plano Estadual de Educação	Criciúma
	Discussão do Plano Estadual de Educação	Tribunal de Justiça - Florianópolis
2016	Situação estrutural das escolas estaduais	Auditório Deputada Antonieta de Barros - Alesc / Florianópolis
	Institui a Política Estadual da Cultura Viva	CIC Florianópolis
	Alteração de regras curricular, e de funcionamento do Ensino Médio	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
2017	Falta de segurança nas Escolas Estaduais de Sombrio e Balneário Gaivota	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	O Ensino Religioso Curricular	Auditório Deputada Antonieta de Barros - Alesc / Florianópolis
	Medidas de Preservação e Conservação do Patrimônio Cultural	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Debater Transporte Escolar em SC	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Debater FUNDEB em SC	Auditório Deputada Antonieta de Barros - Alesc / Florianópolis

	Municipalização das Escolas da região de Criciúma	Criciúma
	Financiamento da Arte e da Cultura em SC	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Acessibilidade no Atendimento ao Cidadão Surdo	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Proibição do Uso de telefone Celular nas Escolas	Auditório Deputada Antonieta de Barros - Alesc / Florianópolis
	Crise do Sistema de Educação Superior Comunitário- ACAFE	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Política Pública da Educação de Jovens e Adultos em SC	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Situação dos Centros de Educação Profissionais (Cedups) no Estado	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	PIBID PIBID Diversidade	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Municipalização da EEF Cônego João Reitz	Santa Rosa do Sul
2018	Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2017- SEA Implantação do Curso de Dança no CEART/ UDESC	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Fechamento de Turmas, Cursos e Escolas do Campo e a Regulamentação da Diretrizes	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Fechamento de Turmas na Escola Municipal Carrossel e na Escola Estadual Humberto Castello Branco	Caibi
	Credenciamento e Funcionamento de Unidades de Educação Especial	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Discussão de Questões Relativas à Disciplina de Espanhol na Ed. Básica de SC	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Credenciamento e Funcionamento de Unidades de Escolas Militares no Sistema Estadual de Ensino	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	PEC 005.3/2017 e os Investimentos do governo do Estado em Bolsas Artigo 170	Joinville
	PEC 005.3/2017 e os Investimentos do governo do Estado em Bolsas Artigo 170	Chapecó
	PEC 005.3/2017 e os Investimentos do governo do Estado em Bolsas Artigo 170	Criciúma

	PEC 005.3/2017 e os Investimentos do governo do Estado em Bolsas Artigo 170	Auditório Deputada Antonieta de Barros - Alesc / Florianópolis
2019	Financiamento da Cultura – Cultura em Debate	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	PL 123.1/2018 e a Normatização da Participação de Atletas nas Competições da Fesporte	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Patrimônio Cultural	Laguna
	Leis Orçamentárias - LDO e LOA e a situação da Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC	Auditório Deputada Antonieta de Barros - Alesc / Florianópolis
	Situação da Universidade Federal de Santa Catarina	Auditório Deputada Antonieta de Barros - Alesc / Florianópolis
	A situação do Prédio Estadual Antonieta de Barros no Centro Histórico de Florianópolis	Florianópolis
	<i>Homeschooling</i> em Santa Catarina	Auditório Deputada Antonieta de Barros - Alesc / Florianópolis
	A Cidade e a Cultura: Sistema de Cultura e Patrimônio Cultural	Auditório da UDESC em Laguna/SC
	5º Ano do PNE: O Plano Nacional de Educação e o Futuro da Educação Brasileira	Câmara dos Deputados Federais
	Proposta da APAE-ESCOLA	Plenário Osni Regis - Alesc / Florianópolis
	Situação dos Assistentes Técnicos Pedagógicos e Assistentes Educacionais	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Implantação do Novo Ensino Médio em Santa Catarina	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
2020	Decreto 10.502 – Institui a Política Nacional de Educação Especial	Sala de Reuniões das Comissões - Alesc / Florianópolis
	Abertura de linha de créditos subsidiado para as unidades escolares privadas de educação infantil em Santa Catarina	Sala de Reuniões das Comissões - Alesc / Florianópolis (videoconferência)
2021	Equiparação Salarial FCC e Fesporte	Sala de Reuniões das Comissões - Alesc / Florianópolis (videoconferência)
	Retorno das Atividades Desportivas Recreativas	Sala de Reuniões das Comissões - Alesc / Florianópolis (videoconferência)
	Projeto de Lei 002.3/2021, que inclui trabalhadores na vacinação contra a Covid	Sala de Reuniões das Comissões - Alesc / Florianópolis (videoconferência)

	Contratação de Profissionais da Área da Psicologia	Sala de Reuniões das Comissões - Alesc / Florianópolis (videoconferência)
	Educação Domiciliar	Sala de Reuniões das Comissões - Alesc / Florianópolis (videoconferência)
	Cultura Afro-Brasileira e Indígena	Sala de Reuniões das Comissões - Alesc / Florianópolis (videoconferência)
	Discutir o PL 418.2019 que Institui e define as diretrizes para a Política Pública, Menstruação sem Tabu	Sala de Reunião das Comissões - Alesc / Florianópolis
	Debater a Situação do Não Credenciamento do Centro Universitário Municipal de São José (USJ)	Plenário Deputado Osni Regis - Alesc / Florianópolis
	Debater a Implantação do Novo Ensino Médio na rede Estadual de Educação	Sala de Reunião das Comissões - Alesc / Florianópolis
2022	O processo seletivo de contratação de professores ACTs para os anos de 2022 e 2023 da rede estadual	Plenário Deputado Osni Regis - Alesc / Florianópolis
	Situação do jovem aprendiz no Estado	Plenário Deputado Osni Regis - Alesc / Florianópolis
	Diretrizes da Política de Educação Especial	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Audiência virtual - 08 ANOS DO PNE	Câmara dos Deputados Federais
	“Assédio no Serviço Público”	Sala de Reunião das Comissões - Alesc / Florianópolis
	Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina – PEE/SC	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	TCEEducação - metas dos Planos Municipais de Educação e o ICMSEducacional - do Indicador de Qualidade das Escolas de Santa Catarina (IQESC).	Sala de Reunião das Comissões - Alesc / Florianópolis
	As bibliotecas escolares e públicas no Estado de Santa Catarina	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Infantojuvenil de Educação Financeira e Fiscal.	Auditório Unisul – Criciúma
	A instalação de escola cívico-militar em Urussanga	Urussanga
	Implantação de escola cívico-militar no Município de Mafra	Mafra
	A regulamentação da Lei Paulo Gustavo	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis

2023	As bibliotecas escolares e públicas	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Bolsa-estudante para os estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio das escolas da rede pública estadual de ensino	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Monitoramento das metas e das estratégias no complemento do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, bem como da relação existente entre o PNE/SC e o PME dos Municípios catarinenses	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Implantação do Novo Ensino Médio e a situação da Rede Pública Estadual de Educação de Santa Catarina	Plenário Deputado Osni Regis - Alesc / Florianópolis
	Implantação do Novo Ensino Médio e a situação da Rede Pública Estadual de Educação de Santa Catarina	Câmara de Vereadores de Pinhalzinho
	Infraestrutura das unidades escolares da rede pública estadual	Plenário Deputado Osni Regis - Alesc / Florianópolis
	Implantação de escola cívico-militar	Agrolândia
	Implantação de escola cívico-militar	São José
	A implantação de escola cívico-militar	Herval d'Oeste
	Saúde Mental nas escolas	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	A alteração do Hino do Estado de Santa Catarina	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	A Cultura Hip-Hop em Santa Catarina e no Brasil	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Programa Universidade Gratuita e Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior	Sala de Reunião das Comissões - Alesc / Florianópolis
	Debater a Execução e as Adequações do Programa Universidade Gratuita	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright Alesc / Florianópolis
	Prêmio Catarinense de Cinema e as Políticas Públicas de Audiovisual Catarinense	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright Alesc / Florianópolis
	Programa “Bolsa Estudante do Ensino Médio”	Sala de Reunião das Comissões - Alesc / Florianópolis
	Virtual - Programa de escola em tempo integral	Sala de Reunião das Comissões - Alesc / Florianópolis

2024	Plano Nacional de Educação	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright Alesc / Florianópolis
	Promover o debate sobre o tema Matriz Curricular do Ensino Médio	Sala de Reunião das Comissões - Alesc / Florianópolis
	Comitê de Operações Integradas de Segurança Escolar – COMSEG ESCOLAR	Blumenau
	Comitê de Operações Integradas de Segurança Escolar – COMSEG ESCOLAR	Joinville
	Comitê de Operações Integradas de Segurança Escolar – COMSEG ESCOLAR	Lages
	Comitê de Operações Integradas de Segurança Escolar – COMSEG ESCOLAR	Criciúma
	Comitê de Operações Integradas de Segurança Escolar – COMSEG ESCOLAR	Chapecó
	Comitê de Operações Integradas de Segurança Escolar – COMSEG ESCOLAR	Auditório Deputada Antonieta de Barros - Alesc / Florianópolis
	Sistema Brasileiro de Inteligência debate ataques em escolas	Auditório Deputada Antonieta de Barros - Alesc / Florianópolis
2025	Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Estado	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright - Alesc / Florianópolis
	Implantação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) no Estado de Santa Catarina	Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright Alesc / Florianópolis
	Alternativas para a Proibição de Celulares nas Escolas	Auditório Deputada Antonieta de Barros - Alesc / Florianópolis

17 ESPAÇOS INSTITUCIONAIS
PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA ALESC

- 1.** Fórum Estadual de Educação – FEE;
- 2.** Fórum Estadual Popular de Educação – FEPE;
- 3.** Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina – CEMAPEESC;
- 4.** Grupo de Trabalho do Painel TCEEducação;
- 5.** Comissão especial de revisão da tabela do magistério e da carreira - GT 668/15;
- 6.** Grupo de Trabalho pela diversidade Étnico-racial, das leis 11.645/2008 e 10.639/2003;
- 7.** Grupo de Trabalho para debater a Lei da Inclusão das escolas e criação de legislação;
- 8.** Grupo de Trabalho “Escola é lugar de Ciência”;
- 9.** Grupo de Trabalho: “Saúde dos Trabalhadores em Educação”;
- 10.** Grupo de Trabalho de Coordenação da Conferência Nacional de Educação - CONAE;
- 11.** Planos de contingência na Educação em Santa Catarina – Período Pandemia Covid19;
- 12.** Grupo de cooperação técnica do *ICMSEducacional*;
- 13.** Grupo de Trabalho do PRÊMIO LUME - Comitê Estratégico de Monitoramento dos Planos de Educação;
- 14.** Grupo de acompanhamento do Sistema Estadual de Avaliação do Estado de Santa Catarina – SEAESC;
- 15.** Grupo de Trabalho pelo Pacto pela Alfabetização em Santa Catarina;
- 16.** Comissão Gestora de Organização dos Planos Decenais de Educação;
- 17.** Comitê de Operações Integradas de Segurança Escolar – COMSEG ESCOLAR, atual INTEGRA

160 LEGISLAÇÕES APROVADAS E QUE TRAMITARAM ENTRE 2015 A 2025
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ALESC

ANO	EMENTA	LINK
2015	Dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, instituído pela Lei Complementar nº 1.139, de 1992, e estabelece outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/668_2015_lei_complementar.html
	Dispõe sobre a prioridade de vagas nas escolas para crianças e adolescentes cujas mães encontram-se em situação de violência doméstica e/ou familiar, no Estado de Santa Catarina.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/1660_2_2015_lei.html
	Denomina Professora Attela Jenichen a Escola Modelo, no Município de Indaial.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/1660_8_2015_lei.html
	Denomina Governador Luiz Henrique da Silveira a Escola de Ensino Médio localizada no Bairro Parque Guarani, no Município de Joinville.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/1681_7_2015_lei.html
	Revoga a Medida Provisória nº 198, de 2015, que fixa a remuneração básica do professor admitido em caráter temporário e estabelece outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/1661_8_2015_lei.html
	Dispõe sobre o Programa de Atendimento Voluntário aos Alunos com Deficiência no Aprendizado Escolar e adota outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/1670_6_2015_lei.html
	Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2016-2025 e estabelece outras providências. (Redação dada pela Lei 18.755, de 2023)	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/167_94_2015_lei.html
	Disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/1686_1_2015_lei.html
	Revoga a Medida Provisória nº 198, de 2015, que fixa a remuneração básica do professor admitido em caráter temporário e estabelece outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/1661_8_2015_lei.html
	Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Paulo Tallmann, de Blumenau.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/1661_3_2015_lei.html
	Revoga as Leis nº 6.274, de 1983 e nº 6.459, de 1984, que declaram de utilidade pública a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE).	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/1668_5_2015_lei.html
	Institui a Semana Estadual da Educação a Distância, no Estado de Santa Catarina.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/1673_2_2015_lei.html
	Altera a Lei nº 16.861, de 2015, que disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República, e estabelece outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2016/1690_3_2016_lei.html
	Dispõe sobre a criação da Escola de Ensino Médio Vereador Oscar Manoel da Conceição no Município de Florianópolis.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2016/1692_8_2016_lei.html
	Altera a Lei nº 16.448, de 2014, que “Assegura aos professores da Educação Básica, no exercício da profissão, o direito ao pagamento	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2016/1699_5_2016_lei.html

2016	de meia-entrada em eventos de natureza cultural e de lazer”, para estender o benefício da meia-entrada a estabelecimentos esportivos.	
	Denomina Valmir Omarques Nunes “LELO” a Escola Técnica do Município de Bom Retiro.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2016/1698_1_2016_lei.html
	Denomina Bailarina Liselott Trinks, a Escola de Ensino Médio Inovador localizada no Bairro Vila Nova, no Município de Joinville.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2016/1698_2_2016_lei.html
	Denomina Senador Luiz Henrique da Silveira a Escola de Ensino Médio Inovador localizada no Bairro Itajuba, no Município de Barra Velha.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2016/1698_3_2016_lei.html
	Altera a denominação da Escola de Educação Básica Leonor Lopes Gonzaga para Escola de Educação Básica Olga Fin Travi, em Guatambu.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2016/1705_7_2016_lei.html
	Dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial, na merenda escolar, adaptada para alunos com restrições alimentares, em todas as escolas da rede pública estadual de ensino do Estado de Santa Catarina.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2016/1700_5_2016_lei.html
	Institui a Semana Estadual de Promoção e Defesa da Educação Inclusiva, no Estado de Santa Catarina.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2016/1696_4_2016_lei.html
	Denomina Ernesto Antonio Debastiani o Centro de Educação Profissional (CEDUP), no Município de Abdon Batista.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2016/1698_5_2016_lei.html
	Denomina Professora Orietta Márcia da Silva Mota o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) da rede estadual de ensino, localizado no Município de Balneário Camboriú.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2016/1699_7_2016_lei.html
2017	Altera a Lei Complementar nº 281, de 2005, que “Regulamenta o art. 170, os arts. 46 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual e estabelece outras providências”, para adequar sua redação à Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2017/688_2017_lei_complementar.html
	Altera a Lei Complementar nº 170, de 1998, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino, com o fim de dispor sobre a prática facultativa da disciplina de educação física e a habilitação do professor para o seu ministério.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2017/691_2017_lei_complementar.html
	Altera os arts. 5º e 6º da Lei Complementar nº 587, de 2013, para estabelecer percentual mínimo de 10% (dez por cento) de vagas, para o sexo feminino, em concursos e no ingresso no estado efetivo das instituições militares do Estado de Santa Catarina.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2017/704_2017_lei_complementar.html
	Denomina de Alair Maria Stapait o auditório da Escola de Educação Básica Maria Rita Flor, no Município de Bombinhas.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2017/1711_7_2017_lei.html
	Dispõe sobre a avaliação periódica das estruturas físicas das escolas da rede pública estadual de ensino e adota outras providências.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2017/1713_0_2017_lei.html
	Dispõe sobre o Programa Pedagógico, no âmbito da Política de Educação Especial, no Estado de Santa Catarina.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2017/1713_4_2017_lei.html
	Institui a Campanha de Triagem Auditiva Escolar, no Estado de Santa Catarina.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2017/1713_6_2017_lei.html
	Dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2017/1714_3_2017_lei.html
	Altera o art. 3º da Lei nº 11.522, de 2000, que cria o Conselho Estadual de Alimentação Escolar e adota outras providências.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2017/1723_3_2017_lei.html
	Altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2017/1734

	que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para denominar Escola Estadual de Ensino Médio Professor Lino Floriani a Escola Estadual de Ensino Médio Vitor Meirelles, de Jaraguá do Sul.	8 2017 lei.html
	Denomina Professora Daniela Pereira a Escola de Educação Básica localizada no bairro Gravatá, no Município de Navegantes.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17349_2017_lei.html
2018	Altera o art. 10 da Lei Complementar nº 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e adota outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/714_2018_lei_complementar.html
	Altera a Lei Complementar nº 668, de 2015, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, instituído pela Lei Complementar nº 1.139, de 1992, e estabelece outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/716_2018_lei_complementar.html
	Dispõe sobre o Sistema de Ensino Militar de Santa Catarina (SEM-SC) e estabelece outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/731_2018_lei_complementar.html
	Garante o direito de lactantes e lactentes à amamentação nas áreas de livre acesso ao público ou de uso coletivo nas instituições do sistema estadual de ensino, no Estado de Santa Catarina.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17458_2018_lei.html
	Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal Professora Helena Martha Natália Winckler, de Blumenau.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17472_2018_lei.html
	Declara de utilidade pública a Associação Educacional do Bem Estar Animal de Porto Belo - Anjos de Patas, de Porto Belo.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17474_2018_lei.html
	Altera a ementa e o art. 1º, da Lei nº 12.282, de 2002, que dispõe sobre o fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar nas unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17504_2018_lei.html
	Denomina Professor Lycurgo Aleixo Nora o Centro de Educação Profissional (CEDUP), no Município de Mafra.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17532_2018_lei.html
	Denomina Luiz Henrique da Silveira o Laboratório de Vitivinicultura da Escola de Educação Básica Manoel Cruz, no Município de São Joaquim.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17537_2018_lei.html
	Denomina o edifício do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí da Universidade do Estado de Santa Catarina.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17564_2018_lei.html
	Denomina Professor Flávio Renato Dallalba o Ginásio de Esportes construído junto ao Centro de Educação Profissional EnoriPozzo, no Município de Curitibaanos.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17576_2018_lei.html
	IDenomina Escola de Educação Básica Professor João Vendrami, no Município de Vitor Meireles, a atual Escola de Educação Básica Dom Pedro I.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17591_2018_lei.html
	Declara de utilidade pública o Centro Educacional Vianna de Carvalho, de Balneário Camboriú.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17612_2018_lei.html
	Altera a Lei nº 16.861, de 28 de dezembro de 2015.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17631_2018_lei.html
	Dispõe sobre o cardápio da alimentação escolar, de acordo com as especificidades climáticas de cada região, nas escolas da rede pública do Estado de Santa Catarina.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2019/17682_2019_lei.html
	Institui os Jogos Universitários Catarinenses (JUC's) e adota outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2019/17687_2019_lei.html
	Altera o art. 4º da Lei nº 15.431, de 2010, que “Proíbe a realização de trotes nos estabelecimentos educacionais públicos estaduais e privados e adota outras providências”, para que os	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2019/17703_2019_lei.html

2019	estabelecimentos educacionais que apoiem e promovam o trote cidadão recebam o selo Universidade Cidadã.	
	Institui o Mês da Saúde na Escola, no âmbito do Estado de Santa Catarina.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2019/1770_9_2019_lei.html
	Institui a Semana de Estudo das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica Municipal, no âmbito do Estado de Santa Catarina.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2019/1771_2_2019_lei.html
	Proíbe o ingresso de representantes de agências de modelos nos ambientes de escolas públicas estaduais visando ao recrutamento e/ou cadastramento de possíveis futuros clientes de seus serviços.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2019/1773_8_2019_lei.html
	Institui a Semana Estadual de Segurança nas Escolas, no âmbito do Estado de Santa Catarina.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2019/1774_3_2019_lei.html
	Denomina Raul Bayer Laus a Escola de Educação Básica localizada no bairro Espinheiros, no Município de Itajaí.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2019/1780_5_2019_lei.html
	Altera a Lei nº 14.949, de 2009, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de caderneta de vacinação para matrícula anual na rede pública e privada de ensino do Estado de Santa Catarina”.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2019/1782_1_2019_lei.html
	Institui o Programa Estadual de Transporte Escolar para os alunos da educação básica da Rede Pública Estadual de Ensino e estabelece outras providências.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2019/754_2019_lei_complementar.html
2020	Institui nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina a “Semana Estadual para Conscientização dos Riscos do Uso das Pipas com Fio Cortante” e adota outras providências.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2020/1788_4_2020_lei.html
	Denomina Professora Norma Giovanella o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Teófilo Nolasco de Almeida, no Município de Benedito Novo.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2020/1788_6_2020_lei.html
	Altera o Anexo Único da Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Fundação Educacional de Alto Vale do Itajaí (FEDAVI), para Fundação Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), de Rio do Sul.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2020/1792_2_2020_lei.html
	Altera a Lei nº 16.861, de 2015, que “Disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República”.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2020/1793_4_2020_lei.html
	Dispõe sobre medidas de conscientização a respeito da importância da doação de órgãos e de tecidos para transplante nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2020/1793_6_2020_lei.html
	Institui a Semana de Valorização e Respeito ao Trabalho do Professor, nas escolas da rede estadual de ensino do Estado de Santa Catarina.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2020/1796_3_2020_lei.html
	Denomina Padre Woldinei Júnior de Souza o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Henrique Rupp Junior, no Município de Campos Novos.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2020/1796_5_2020_lei.html
	Denomina Flora Duarte de Albuquerque a biblioteca da Escola de Educação Básica Marino Pisani, do Município de Monte Carlo.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2020/1796_7_2020_lei.html
	Institui a Semana Cultural Interescolar nas escolas de educação básica da rede pública estadual de ensino do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.	https://leis.alesec.sc.gov.br/html/2020/1798_4_2020_lei.html

	Altera o Anexo Único, item 140 referente ao Município de São José, da Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Creche Renascer e Sociedade Espírita, de São José para Centro de Educação Infantil Renascer, de São José.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2020/18040_2020_lei.html
	Acrescenta o art. 26-A à Lei nº 16.861, de 2015, que disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2020/18043_2020_lei.html
	Acrescenta dispositivo ao art. 26 da Lei Complementar nº 170, de 1998, para dispensar a obrigatoriedade da realização dos duzentos dias de efetivo trabalho escolar por ano, no ano de 2020.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2020/763_2020_lei_complementar.html
2021	Altera a Lei Complementar nº 170, de 1998, que “Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação”, a fim de incluir a previsão da educação domiciliar.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/775_2021_lei_complementar.html
	Altera o art. 10 da Lei Complementar nº 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e estabelece outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/784_2021_lei_complementar.html
	Dispõe sobre a conscientização dos direitos dos animais domésticos e silvestres nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, e adota outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18057_2021_lei.html
	Denomina Auditório Professora Rosane Schwinden o auditório da Escola de Educação Básica Silveira de Matos e adota outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18069_2021_lei.html
	Institui, no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Educação, o Portal Transparência das Escolas Públicas Estaduais, e adota outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18108_2021_lei.html
	Institui o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Santa Catarina (CACS-FUNDEB/SC) e estabelece outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18112_2021_lei.html
	Dispõe sobre a cobrança de taxas abusivas por instituições privadas de ensino superior.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18156_2021_lei.html
	Dispõe sobre a cobrança de taxas abusivas por instituições privadas de ensino superior.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18156_2021_lei.html
	Reconhece os cursos profissionalizantes e os cursos técnicos como serviços essenciais, mesmo durante a vigência de estado de calamidade pública, decorrente de emergência em saúde pública, epidemia ou pandemia, no Estado de Santa Catarina.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18164_2021_lei.html
	Institui o Programa Aprendizagem na Cultura Digital e estabelece outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18175_2021_lei.html
	Institui, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a Política de Educação Digital nas Escolas – Cidadania Digital, e adota outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18182_2021_lei.html
	Inclui como conteúdo transversal, no currículo das escolas públicas e privadas do Estado de Santa Catarina, a História das Mulheres do Campo e Cidade em Santa Catarina.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18226_2021_lei.html

	Fixa os valores de vencimento para os cargos integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual de que trata a Lei Complementar nº 668, de 2015, e estabelece outras providências.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18280_2021_lei.html
	Estabelece o procedimento para construção ou reforma de quadras poliesportivas e estruturas de salas modulares nas escolas da rede pública estadual de ensino.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18285_2021_lei.html
	Institui o programa de distribuição gratuita de absorventes higiênicos para as estudantes de baixa renda em ciclo menstrual matriculadas na rede pública estadual de ensino.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18308_2021_lei.html
	Institui o programa de distribuição gratuita de absorventes higiênicos para as estudantes de baixa renda em ciclo menstrual matriculadas na rede pública estadual de ensino.	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2021/18308_2021_lei.html
2022	Altera o art. 25 e os Anexos I e II da Lei Complementar nº 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e adota outras providências.	LEI COMPLEMENTAR Nº 800, DE 30 DE JUNHO DE 2022
	Dispõe sobre a implementação do Diploma Digital no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.	LEI Nº 18.325, de 5 de janeiro de 2022
	Dispõe sobre o Programa Time da Defesa, de ação interdisciplinar, com o objetivo de prevenir e refutar qualquer tipo de violência escolar e doméstica, abuso sexual e o uso de drogas nas escolas estaduais da rede pública e adota outras providências.	LEI Nº 18.337, DE 6 DE JANEIRO DE 2022
	Institui a Bolsa-Estudante para os alunos regularmente matriculados no ensino médio das escolas da rede pública estadual de ensino.	LEI Nº 18.338, de 13 de janeiro de 2022
	Institui o Programa Trânsito nas Escolas na rede pública e privada de ensino do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.	LEI Nº 18.343, DE 21 de janeiro de 2022
	Estabelece a área de segurança escolar (ASE) como espaço de prioridade especial do Poder Público.	LEI Nº 18.345, DE 21 de janeiro de 2022
	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social na rede pública estadual de educação básica.	LEI Nº 18.354, DE 17 de março de 2022
	Denomina Emília de Oliveira o ginásio de esportes da Escola de Ensino Fundamental Prefeito Marcus Rauh, no Município de Indaial.	LEI Nº 18.362, DE 18 de abril de 2022
	Denomina Ginásio de Esportes Professora Ivone Savi Pessetti, o ginásio da Escola de Educação Básica de Timbé do Sul.	LEI Nº 18.363, DE 18 de abril de 2022
	Denomina Ginásio de Esportes Professora Ivone Savi Pessetti, o ginásio da Escola de Educação Básica de Timbé do Sul.	LEI Nº 18.363, DE 18 de abril de 2022
	Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de recreação infantil no Estado de Santa Catarina.	LEI Nº 18.364, DE 2 de maio de 2022
	Institui normas de caráter transitório para regulamentação do processo de encerramento do modelo de parceria entre o Estado e as Associações de Pais e Professores (APPs).	LEI Nº 18.380, DE 1º DE JUNHO DE 2022
	Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação Associação de Assistência Social e Educacional Liberdade para Instituto Beneficente de Habilitação, de Assistência Social, de Educação e Saúde (IBHASES).	LEI Nº 18.426, de 29 de junho de 2022
	Institui normas complementares à Lei nº 18.380, de 2022, que institui normas de caráter transitório para regulamentação do processo de encerramento do modelo de parceria entre o Estado e	LEI Nº 18.490, DE 22 de agosto de 2022

	as Associações de Pais e Professores (APPs), e estabelece outras providências.	
	Dispõe sobre a apresentação de projetos de ampliação ou reforma em unidades da rede pública estadual de educação.	LEI Nº 18.511, DE 6 DE SETEMBRO DE 2022
	Institui o Programa Vale-Leite, destinado a alunos de baixa renda regularmente matriculados no ensino fundamental regular das escolas da rede pública estadual.	LEI Nº 18.517, DE 19 de setembro de 2022
	Institui o Programa Maria da Penha Vai à Escola visando divulgar a Lei federal nº 11.340, de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher, na rede pública de ensino de Santa Catarina.	LEI Nº 18.549, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022
	Dispõe sobre o dever de divulgação do <i>Disque Direitos Humanos - Disque 100</i> , nos livros e materiais didáticos elaborados, adquiridos, disponibilizados ou patrocinados pelo Poder Executivo Estadual.	LEI Nº 18.574, DE 23 de dezembro de 2022
	Institui o Título Padre Anchieta a ser concedido aos professores e alunos dos estabelecimentos públicos estaduais catarinenses de ensino fundamental e médio e adota outras providências.	LEI Nº 18.621, DE 26 DE JANEIRO DE 2023
2023	Institui o Programa Escola Mais Segura e estabelece outras providências.	LEI COMPLEMENTAR Nº 826, DE 20 DE ABRIL DE 2023
	Institui o Programa Universidade Gratuita e estabelece outras providências.	LEI COMPLEMENTAR Nº 831, DE 31 DE JULHO DE 2023
	Institui o Título Padre Anchieta a ser concedido aos professores e alunos dos estabelecimentos públicos estaduais catarinenses de ensino fundamental e médio e adota outras providências.	LEI Nº 18.621, DE 26 DE JANEIRO DE 2023
	Isenta do pagamento de taxas de revalidação de diplomas de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, em universidade pública mantida pelo Estado de Santa Catarina, os refugiados e apátridas em situação de vulnerabilidade.	LEI Nº 18.628, DE 26 de janeiro de 2023
	Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento de segurança nas unidades da rede pública estadual de ensino.	LEI Nº 18.643, de 26 de abril de 2023
	Veda a exigência de atestado médico das pessoas que adotam o estilo de vida baseado no vegetarianismo e/ou no veganismo, aos alunos da rede pública de educação básica no Estado de Santa Catarina.	LEI Nº 18.704, DE 9 DE OUTUBRO DE 2023
	Dispõe sobre a divulgação de lista de espera para vagas nas escolas da rede pública de ensino de Santa Catarina.	LEI Nº 18.753, DE 23 de novembro de 2023
	Altera a Lei nº 16.794, de 2015, que “Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências”.	LEI Nº 18.755, DE 29 de novembro de 2023
	Institui o Programa Estadual de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersectorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes.	LEI Nº 18.757, de 29 de novembro de 2023
	Altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para instituir a Semana Escolar Estadual de Combate à Violência Institucional Contra a Criança e o Adolescente.	LEI Nº 18.637, de 8 de fevereiro de 2023
	Institui o “Junho Verde”, mês dedicado a ações voltadas à sensibilização, conscientização e educação ambiental, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as Leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa	LEI Nº 18.758, de 29 de novembro de 2023

	Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”, para incluir a referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina.	
	Altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõe sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de denominar o Ginásio de Esportes Professora Zenaide Francisco Nunes, da Escola Alice Julia Teixeira, na comunidade de Santa Apolônia, em Sangão.	LEI Nº 18.613, DE 20 DE JANEIRO DE 2023
	Altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de denominar Vinícius de Lacerda Fendrich o Centro de Eventos da Escola de Ensino Médio Professor Roberto Grant, no Município de São Bento do Sul.	LEI Nº 18.615, DE 20 DE JANEIRO DE 2023
	Denomina Professor Fernando Vaz Pereira o ginásio de esportes da Escola EEB Prefeito Carlos Zipperer Sobrinho, localizada no Município de São Bento do Sul, e altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”.	LEI Nº 18.787, DE 20 de dezembro de 2023
	Altera o art. 113 da Lei nº 17.292, de 2017, que “Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência”, para possibilitar, também mediante a apresentação de Carteira de Identificação emitida pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), a utilização gratuita de qualquer meio de transporte fluvial, lacustre ou marítimo, como balsa, <i>ferry boat</i> , canoa ou similar, de propriedade do Estado, de Municípios ou privada, que funcione por concessão e com fiscalização do Poder Público.	LEI Nº 18.620, DE 25 de janeiro de 2023
	Institui o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior Catarinense (FUMDESC) e a assistência financeira para o pagamento das mensalidades dos cursos de graduação frequentados por estudantes em instituições de ensino superior que especifica e estabelece outras providências.	LEI Nº 18.672, DE 31 de julho de 2023
	Declara de utilidade pública o Instituto Peniel de Habitação, Educação, Assistência Social e Saúde (IPHEAS), de São José/SC, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”.	LEI Nº 18.814, DE 21 de dezembro de 2023
	Altera a Lei nº 15.734, de 2012, que “Autoriza a abertura dos ginásios de esportes anexos às escolas estaduais para o uso da comunidade fora do horário letivo, e adota outras disposições”, para o fim de incluir as quadras poliesportivas, campos de futebol e congêneres.	LEI Nº 18.696, DE 28 de setembro de 2023
	Denomina Professor Fernando Vaz Pereira o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Prefeito Carlos Zipperer Sobrinho, localizada no Município de São Bento do Sul, e altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no Estado de Santa Catarina”.	LEI Nº 18.787, DE 20 de dezembro de 2023
	Altera a Lei Complementar nº 831, de 2023, que “Institui o Programa Universidade Gratuita e estabelece outras providências”, para limitar as concessões de bolsas de estudo para estudantes matriculados em cursos na modalidade presencial.	LEI COMPLEMENTAR Nº 853, DE 11 DE JANEIRO DE 2024
	Altera o art. 28 da Lei Complementar nº 668, de 2015, que dispõe	LEI COMPLEMENTAR Nº 862, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2024

2024	sobre o Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, instituído pela Lei Complementar nº 1.139, de 1992, e o art. 4º da Lei nº 18.314, de 2021, que transforma as gratificações que menciona em Gratificação de Atividade Técnica, e estabelece outras providências.	
	Altera a Lei nº 18.672, de 2023, que institui o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) e a assistência financeira para o pagamento das mensalidades dos cursos de graduação e pós-graduação frequentados por estudantes em instituições de ensino superior que especifica, para limitar as concessões de bolsas de estudos aos cursos na modalidade presencial.	LEI Nº 18.848, DE 19 de janeiro de 2024
	Institui o Comitê Integrado para Cidadania e Paz nas Escolas (Integra) no âmbito do Estado de Santa Catarina.	LEI Nº 18.878, DE 4 de abril de 2024
	Institui a Política de Educação Financeira no âmbito do Estado de Santa Catarina.	LEI Nº 18.891, DE 22 de abril de 2024
	Dispõe sobre a aquisição do pinhão produzido pela agricultura familiar, economia popular solidária e pelos empreendimentos familiares rurais do Estado de Santa Catarina para a sua inclusão na merenda escolar da rede estadual de ensino.	LEI Nº 19.130, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024
	Institui o Programa Cultura e Arte nas Escolas da rede pública estadual de educação.	LEI Nº 19.143, DE 20 de dezembro de 2024
	Altera a Lei nº 10.864, de 1998, que “Dispõe sobre o estágio para estudante em órgão e entidade da administração pública”, para o fim de implementar política afirmativa.	LEI Nº 19.015, DE 24 de julho de 2024
	Institui o Programa Escola do Professor, voltado para a promoção do bem-estar emocional, da saúde mental e psicológica dos professores da rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina.	LEI Nº 19.111, DE 10 de dezembro de 2024
	Dispõe sobre a criação do Selo Escola Amiga do Autista, no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.	LEI Nº 19.112, DE 10 de dezembro de 2024
	Institui a Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural por meio da Qualificação da Oferta Educacional no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.	LEI Nº 19.142, DE 20 de dezembro de 2024
	Institui o Programa Cultura e Arte nas Escolas da rede pública estadual de educação	https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2024/1914_3_2024_lei.html
	Altera o art. 10 da Lei Complementar nº 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e estabelece outras providências.	LEI COMPLEMENTAR Nº 859, DE 12 DE ABRIL DE 2024
	Altera a ementa e o art. 2º da Lei nº 16.446, de 2014, que fixa o Valor Referencial de Vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e estabelece outras providências.	LEI Nº 18.887, DE 12 de abril de 2024
	Acrescenta o inciso XIX ao art. 5º da Lei nº 18.334, de 2022, que “Institui o Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FUNDO SOCIAL), incorpora os fundos estaduais que menciona e estabelece outras providências”, para incluir o apoio às Associações de Pais e Professores do Estado de Santa Catarina (APPs) no rol de ações financiadas pelo Fundo.	LEI Nº 18.852, de 31 de janeiro de 2024
	Denomina Professora Eliane Aparecida da Silva Folster o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Professora Zulma Becker,	LEI Nº 18.970, DE 8 de julho de 2024

	localizada no Município de Santo Amaro da Imperatriz, e altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”.	
	Altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de denominar Professor Luiz ‘Pi’ de Freitas a quadra poliesportiva da Escola de Ensino Médio Engenheiro Annes Gualberto, localizada no Bairro Paes Leme, no Município de Imbituba.	LEI Nº 19.017, DE 24 de julho de 2024
	Concede anistia aos servidores públicos estaduais titulares de cargo de provimento efetivo e aos professores admitidos em caráter temporário que sofreram penalidades decorrentes de processos administrativos disciplinares pelo descumprimento ao disposto no Decreto nº 1.408, de 2021, e no Decreto nº 1.669, de 2022, e estabelece outras providências.	LEI Nº 19.045, DE 20 DE AGOSTO DE 2024
	Denomina Escola de Educação Básica Angelo Vanio Moro a Escola de Educação Básica de Timbé do Sul e altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”.	LEI Nº 18.858, DE 31 de janeiro de 2024
	Denomina Ralf Borchardt o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Erwin Radtke, localizada no Distrito de Vila Itoupava, Município de Blumenau, e altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”.	LEI Nº 18.923, DE 3 DE JUNHO DE 2024
	Denomina Annita Ziehlsdorff o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Estadual Alvin Tribess, localizada no Bairro Vieira, Município de Jaraguá do Sul, e altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”.	LEI Nº 18.967, DE 4 DE JULHO DE 2024
	Altera o art. 44 da Lei nº 17.292, de 2017, que "Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência", para garantir o acesso ao transporte escolar gratuito aos estudantes com deficiência.	LEI Nº 18.883, DE 12 de abril de 2024
2025	Altera a Lei Complementar nº 831, de 2023, que institui o Programa Universidade Gratuita, e a Lei nº 18.672, de 2023, que institui o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) e a assistência financeira para o pagamento das mensalidades dos cursos de graduação e pós-graduação frequentados por estudantes em instituições de ensino superior que especifica, e estabelece outras providências.	LEI COMPLEMENTAR Nº 866, DE 15 DE JANEIRO DE 2025
	Declara de utilidade pública o Grêmio Recreativo e Escola de Samba Mocidade Unidos do Bairro - G.R.E.S Mocidade Unidos do Bairro, de Blumenau, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade.	LEI Nº 19.168, DE 6 DE JANEIRO DE 2025
	Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal Professora Herondina Medeiros Zeferino, de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que	LEI Nº 19.191, DE 8 DE JANEIRO DE 2025

“Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina” para fazer constar nele o nome de tal entidade.	
Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação do Centro de Educação e Evangelização Popular para Centro de Educação Popular, de Florianópolis.	LEI Nº 19.221, DE 9 DE JANEIRO DE 2025
Institui a obrigatoriedade do fomento pelo Estado de Santa Catarina à celebração e à prestação de homenagens ao dia dos pais e ao dia das mães nas escolas de ensino básico e fundamental.	LEI Nº 19.230, DE 22 de janeiro de 2025
Dispõe sobre a vedação de execução de músicas e vídeos com letras e coreografias que façam apologia ao crime, ao uso de drogas, ou expressem conteúdos verbais e não verbais de cunho sexual e erótico, nas unidades escolares da rede de ensino do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências.	LEI Nº 19.233, DE 22 de janeiro de 2025
Institui o Sistema Estadual de Acompanhamento, Monitoramento e Gestão Permanente para Ações de Combate à Violência nas Escolas (SEAMGV).	LEI Nº 19.237, de 22 de janeiro de 2025
Denomina Alexandre Thomas Filho o Ginásio de Esportes do Centro de Educação Profissional Diomício Freitas, localizado no bairro Santo Antônio de Pádua, Município de Tubarão, e altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”.	LEI Nº 19.244, DE 22 DE JANEIRO DE 2025
Institui Equipe Disciplinar Mínima para Atuação em Ambiente Escolar, voltada à gestão do Plano Integrado para Gestão da Cidadania e Paz nas Escolas (PLIN), em todas as Coordenadorias Regionais de Educação do Estado de Santa Catarina.	LEI Nº 19.253, DE 23 de janeiro de 2025
Institui Equipe Disciplinar Mínima para Atuação em Ambiente Escolar, voltada à gestão do Plano Integrado para Gestão da Cidadania e Paz nas Escolas (PLIN), em todas as Coordenadorias Regionais de Educação do Estado de Santa Catarina.	LEI Nº 19.253, DE 23 de janeiro de 2025
Altera a Lei nº 18.278, de 2021, para declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal General Lúcio Esteves, de Blumenau.	LEI Nº 19.258, de 27 de fevereiro de 2025
Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de declarar de utilidade pública estadual o Grêmio Cultural Esportivo Recreativo Escola de Samba Protegidos da Princesa.	LEI Nº 19.259, de 27 de fevereiro de 2025
Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Pró-Volei de Educação, Esporte, Cultura e Lazer - Pró-Esporte/SC.	LEI Nº 19.273, DE 11 de abril de 2025
Dispõe sobre a elaboração e implantação do Plano Integrado para Gestão da Cidadania e Paz nas Escolas (PLIN), em todas as unidades educativas, de todos os níveis e modalidades, localizadas no Estado de Santa Catarina.	LEI Nº 19.282, DE 14 de abril de 2025

**90 eventos realizados pela Comissão de Educação e Cultura da Alesc
de 2015 a 2025**

ANO	DESCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	LOCAL
2015	Seminário Macro Regional de Educação “O PNE e o Futuro da Educação Brasileira”	Florianópolis
2017	CONAPE/2018 - Conferência da Regional da Grande Florianópolis	Florianópolis
	IX Seminário Catarinense de Ensino Religioso	Rio do Sul
	Seminário Estadual - O PNE, a BNCC e os Desafios da Educação Brasileira	Lages
	Seminário Estadual - O PNE, a BNCC e os Desafios da Educação Brasileira	Curitibanos
	Seminário Estadual - O PNE, a BNCC e os Desafios da Educação Brasileira	Caçador
	Seminário Estadual - O PNE, a BNCC e os Desafios da Educação Brasileira	Criciúma
	Seminário Estadual - O PNE, a BNCC e os Desafios da Educação Brasileira	Joaçaba
	Seminário Estadual - O PNE, a BNCC e os Desafios da Educação Brasileira	São Miguel do Oeste
	Seminário Estadual - O PNE, a BNCC e os Desafios da Educação Brasileira	Turvo
	Seminário Estadual - O PNE, a BNCC e os Desafios da Educação Brasileira	Coronel Martins
	Seminário Estadual - O PNE, a BNCC e os Desafios da Educação Brasileira	São Carlos
	Seminário Regional: Desafios da Educação Escolar Indígena	Florianópolis
	Seminário Estadual - O PNE, a BNCC e os Desafios da Educação Brasileira	Xanxerê
	Seminário Estadual - O PNE, a BNCC e os Desafios da Educação Brasileira	Maravilha
2018	Seminário Estadual – O Compromisso do Estado com a Comunidade Surda em Debate	Florianópolis
2019	Seminário Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação em Santa Catarina	Chapecó
	Seminário Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação em Santa Catarina	Lages
	Seminário Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação em Santa Catarina	Joaçaba
	Seminário Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação em Santa Catarina	São Francisco do Sul
	Seminário Saúde dos Trabalhadores Em Educação	Florianópolis
	Seminário Educação no Campo	Abelardo Luz
	Seminário Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação em Santa Catarina	Criciúma
	Seminário Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação em Santa Catarina	Chapecó
	Seminário Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação em Santa Catarina	Florianópolis
	Seminário Base Comum Curricular - BNCC - Ensino Médio: História	Florianópolis

	Seminário Base Comum Curricular - BNCC Ensino Médio: Geografia	Florianópolis
	Seminário Base Comum Curricular - BNCC - Ensino Fundamental: Anos Finais História	Florianópolis
	Seminário Base Comum Curricular - BNCC - Anos Finais Geografia	Florianópolis
	Seminário Base Comum Curricular - BNCC - Ensino Fundamental: Anos Iniciais	Florianópolis
	Seminário Regional: O Futuro do Fundeb, a Execução dos Planos de Educação e a Realidade dos Municípios	Chapecó
	Seminário Regional: O Futuro do Fundeb, a Execução dos Planos de Educação e a Realidade dos Municípios	Criciúma
	Seminário Regional: O Futuro do Fundeb, a Execução dos Planos de Educação e a Realidade dos Municípios	Tubarão
	Seminário Regional: O Futuro do Fundeb, a Execução dos Planos de Educação e a Realidade dos Municípios	Florianópolis
	Seminário Regional: O Futuro do Fundeb, a Execução dos Planos de Educação e a Realidade dos Municípios	Itajaí
	Seminário Estadual Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação SC	Florianópolis
	Seminário Base Comum Curricular – BNCC	Florianópolis
	III Seminário de Ensino das Escolas Públicas: “A Diversidade como caminho para uma Educação Democrática”	Florianópolis
	I Seminário Catarinense: Escola é Lugar de Ciência	Florianópolis
	Seminário Estadual sobre Gestão Cultural	Criciúma
	Seminário Estadual sobre Gestão Cultural	Florianópolis
	Seminário Estadual sobre Gestão Cultural	Joinville
	Seminário Estadual sobre Gestão Cultural	Lages
	Seminário Estadual sobre Gestão Cultural	Caçador
	Seminário sobre a Avaliação da Aprendizagem	Florianópolis
	Seminário Estadual sobre Gestão Cultural	Chapecó
	1ª Encontro Nacional dos Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões de Educação das Assembleias Legislativas do Brasil	Florianópolis
	2ª Encontro Nacional dos Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões de Educação das Assembleias Legislativas do Brasil	Cuiabá/MT
	Seminário Estadual de Formação Continuada de Professores da Região Oeste de SC	Chapecó
2020	Sistema Nacional de Educação	
	6 anos do PNE	

	NOVO FUNDEB e o financiamento da Educação	ONLINE
	Seminário “Escola é Lugar de Ciência” em tempo de Pandemia	
	Semana da Ciência e da Educação Pública Brasileira	
2021	Webinário: Programa de Incentivo à Cultura (PIC) – Lei 17.942/2020	ONLINE
	Os impactos da Pandemia nas políticas de Educação e a região norte Catarinense	
	Os impactos da Pandemia nas políticas de Educação e a região do Extremo Oeste Catarinense	
	Os impactos da Pandemia nas políticas de Educação e a região da Grande Florianópolis Catarinense	
	Os impactos da Pandemia nas políticas de Educação e a região do Vale do Itajaí Catarinense	
	Os impactos da Pandemia nas políticas de Educação e a região Meio Oeste Catarinense	
	Os impactos da Pandemia nas políticas de Educação e a região Sul do Catarinense	
	Ciclo de 5 Seminário Virtual “Escola é Lugar de Ciência”	
	Seminário sobre a Vacina dos Trabalhadores em Educação	
	Seminário Patrimônio Cultural Catarinense – Desafios Contemporâneos	
	2ª ETAPA - Seminário Patrimônio Cultural Catarinense – Desafios Contemporâneos	
	3ª ETAPA - Seminário Patrimônio Cultural Catarinense – Desafios Contemporâneos	
	4ª ETAPA - Seminário Patrimônio Cultural Catarinense – Desafios Contemporâneos	
2022	I Conferência Infantojuvenil de Educação Financeira e Fiscal de Tubarão – SC	Tubarão
	IV Conferência Nacional de Educação – CONAE 2022	Florianópolis
	II Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE/2022	Florianópolis
2023	Seminário Samba, Carnaval, Educação e Cultura: Os Desafios na/da Criação de Políticas Públicas no Estado de Santa Catarina	Florianópolis
	Seminário Estadual Patrimônio Cultural Imaterial: Sinergias entre os Poderes e a Sociedade	Florianópolis
	Seminário Estadual sobre dificuldade de Aprendizado e a Dislexia	Florianópolis
	V Conferência Nacional de Educação – CONAE 2022 (Etapa Estadual)	Florianópolis
	Seminário Estadual de Educação Financeira e Fiscal: “PLANEJE SEU DINHEIRO, PLANTE O SEU FUTURO”	Chapecó
2024	Seminário Avançado de Formação de Professores para a Educação Básica: “SUBSÍDIOS PARA UMA POLÍTICA CATARINENSE”	Florianópolis

	Seminário Nacional: “Autonomia Universitária como fator de Desenvolvimento Nacional”.	Florianópolis
	I Seminário Estadual - O Plano Nacional de Educação em Debate: “OS DESAFIOS PARA A PRÓXIMA DÉCADA”	Florianópolis
	Seminário Tecendo Inclusão: “AS MÚLTIPLAS FACETAS DO AUTISMO E A NECESSIDADE DO ACOLHIMENTO FAMILIAR E EDUCACIONAL”	Chapecó
	V Conferência Nacional de Educação – CONAE 2022	Brasília/DF
	O segredo do sucesso da Educação em Sobral/CE	Florianópolis
2025	Seminário toda criança aprende - Autismo E Educação: Perspectivas Multiprofissionais	Chapecó
	Ciclo de Seminários “O NOVO PNE EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO”, para discutir o Projeto de Lei 2614/2024 referente ao novo PNE 2024-2034 (Região - Litoral)	São José
	Ciclo de Seminários “O NOVO PNE EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO”, para discutir o Projeto de Lei 2614/2024 referente ao novo PNE 2024-2034 (Região – Meio Oeste)	Irani
	Ciclo de Seminários “O NOVO PNE EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO”, para discutir o Projeto de Lei 2614/2024 referente ao novo PNE 2024-2034 (Região – Serra/Planalto)	Lages
	Ciclo de Seminários “O NOVO PNE EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO”, para discutir o Projeto de Lei 2614/2024 referente ao novo PNE 2024-2034 (Região - Sul)	Criciúma
	Ciclo de Seminários “O NOVO PNE EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO”, para discutir o Projeto de Lei 2614/2024 referente ao novo PNE 2024-2034 (Região – Vale do Itajaí)	Rio do Sul
	Ciclo de Seminários “O NOVO PNE EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO”, para discutir o Projeto de Lei 2614/2024 referente ao novo PNE 2024-2034 (Região - Norte)	Joinville
	Ciclo de Seminários “O NOVO PNE EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO”, para discutir o Projeto de Lei 2614/2024 referente ao novo PNE 2024-2034 (Região – Extremo Oeste)	São Miguel do Oeste
	Ciclo de Seminários “O NOVO PNE EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO”, para discutir o Projeto de Lei 2614/2024 referente ao novo PNE 2024-2034 (Região - Oeste)	Chapecó



Carta do 1º Encontro Nacional de Presidentes e Vice-Presidentes de Comissões de Educação das Assembleias Legislativas

Nós, Deputados e Deputadas Estaduais, reunidos no Primeiro Encontro Nacional de Presidentes e Vice-Presidentes de Comissões de Educação das Assembleias Legislativas para debater e buscar estratégias de garantia do financiamento e execução das Metas do Plano Nacional de Educação, que, na atual conjuntura, se encontra sob ameaça, assumimos o compromisso de nos tornarmos instâncias de mobilização permanente junto à sociedade civil, Administrações e Câmaras Municipais, a representação da bancada federal de cada Unidade da Federação.

Colocar em movimento e em articulação essas instâncias, é uma atitude estratégica neste momento crucial para educação brasileira, considerando a capilaridade e a proximidade com a população, as administrações e Câmaras Municipais, próprias dos legislativos estaduais, assim como a capacidade de articulação com as representações de cada Unidade Federativa no Congresso Nacional.

Destacamos a importância de aprovação da PEC que torna o FUNDEB uma política permanente de financiamento da educação básica. Acreditamos que a relevância do FUNDEB para a conquista de alguns indicadores positivos na construção da qualidade do ensino e da valorização profissional, é um ponto pacificado no Brasil, e apelamos à continuidade da ação coordenada entre as duas Casas do Congresso Nacional para consolidar a máxima convergência entre os textos em tramitação.

Consideramos muito relevante o redimensionamento da participação dos entes federados, na manutenção e aprimoramento do FUNDEB, notadamente de parte da União. Neste aspecto, o financiamento da educação básica precisa ser um indutor efetivo do regime de colaboração entre União, Estados e Municípios. Não é possível que à União não sejam exigidas parcelas maiores de contribuição na busca de universalização da educação básica brasileira com qualidade e equidade.

Neste sentido, o novo FUNDEB deve ser incorporado às disposições permanentes da Constituição Federal visando:

- Manter a cesta de recursos obrigatórios, vinculados nas três esferas da administração;
- Assegurar a distribuição proporcional dos recursos em relação às matrículas de cada rede;
- Ampliar progressivamente a complementação da União para o mínimo de 40% da soma de todos os Fundos Estaduais;
- Limitar a 30% a apropriação de recursos federais vinculados à Manutenção e Desenvolvimento da Educação para efeitos da complementação federal;
- Avançar na perspectiva de alcançar a distribuição da parcela de complementação federal diretamente às redes de ensino com menores capacidades fiscais, considerados todos os recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- Configurar como crime de responsabilidade o descumprimento de seus dispositivos;
- Incrementar e tornar efetivo o seu controle social, interno e externo;
- Estabelecer a vinculação obrigatória de tributos derivados da exploração de petróleo, gás natural e outros recursos minerais;
- Impedir que as novas vinculações sejam substitutivas dos recursos já comprometidos com a atual cesta de impostos;
- Destinar, pelo menos, 75% dos recursos para gastos com a remuneração dos profissionais da educação;
- Relativizar o impacto dos gastos com pessoal da educação para efeitos da lei de responsabilidade fiscal;
- Assegurar o incremento real do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério e regular a instituição do Piso Salarial Profissional Nacional dos demais Profissionais da Educação;

- Constitucionalizar o Custo Aluno Qualidade como referência do financiamento;
- Considerar indicadores sociais e econômicos para efeitos redistribuição equitativa;
- Preservar os recursos do Salário Educação para financiamento de programas suplementares de apoio ao desenvolvimento educacional;
- Revogar a EC 95.

Destacamos, ainda, a urgência da retomada de implementação do Plano Nacional de Educação, aprovado com ampla participação da sociedade, em um rico processo de construção de consensos. É sabido por todos que o PNE está com atrasos significativos no alcance das metas e estratégias previstas em lei. A nossa preocupação aumenta em relação ao PNE, frente à aprovação de medidas governamentais que vão de encontro aos seus dispositivos e que implicarão negativamente na construção do Sistema Nacional de Educação. De igual maneira consideramos indispensável aperfeiçoar os processos de monitoramento dos Planos de Educação nas três esferas da administração tal como os processos de avaliação do desenvolvimento social, garantindo a série histórica e ampliando sua conformação articulada entre os entes federativos e a participação social.

Reafirmamos o nosso compromisso com a defesa e a promoção da educação pública e envidaremos todo o nosso espaço de representação popular na busca de alternativas que superem limites e restrições impostos aos direitos sociais.

Nos somamos à voz das ruas que pavimentam a esperança em caminhos que se alarguem na direção da qualidade da educação, na elevação de investimentos e no respeito aos educadores e educadoras. Repudiamos os cortes nas bolsas de estudo e de pesquisa, nos recursos discricionários imprescindíveis à manutenção e aprimoramento das instituições federais de ensino superior e de educação profissional e tecnológica. Igualmente, não aceitamos uma reforma da previdência que retira direitos dos trabalhadores e pune gravemente os profissionais da educação, agravando especialmente a vida das mulheres.

Diante dos acertos e do esforço empreendido para o êxito do Primeiro Encontro Nacional de Presidentes e Vice-Presidentes de Comissões de Educação das Assembleias Legislativas, propomos que este evento se torne regular nas nossas agendas realizando o II encontro, em Mato Grosso, em agosto de 2019, e assumimos o compromisso de promover Frentes Parlamentares estaduais entre as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais e promover os Pactos pelo FUNDEB Permanente e implementação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação entre a bancada federal de cada Unidade da Federação, Assembleias Legislativas e representações da UNDIME.

Viva a Educação!

Viva o Legislativo Estadual!

Florianópolis, 07 de junho de 2019.



Carta do II Encontro Nacional de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões de Educação das Assembleias Legislativas

O II Encontro Nacional de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões de Educação das Assembleias Legislativas, realizado na cidade de Cuiabá, no estado de Mato Grosso, caminha para consolidar a iniciativa, começada em junho/2019, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, de debate e de articulação regular entre parlamentares federais e estaduais comprometidos institucionalmente com a temática educacional.

Em Cuiabá, foram retomados temas fundamentais para a educação nacional tais como o FUNDEB e os Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, atualizados na conjuntura e por medidas governamentais anunciadas e tomadas depois do I Encontro.

Neste sentido, foram inseridos temas estruturantes como a Reforma Tributária e sua relação com o financiamento da educação nacional e a Reforma da Previdência e seus impactos sobre a oferta da educação básica.

Nós, Deputados e Deputadas Estaduais, participantes do II Encontro Nacional de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões de Educação das Assembleias Legislativas, reafirmamos o nosso compromisso com este espaço de mobilização permanente em defesa da educação, aprofundando os mecanismos de diálogo e de interação com a sociedade e com as representações políticas e sociais das três esferas federativas.

Para tanto, destacamos os seguintes aspectos do debate deste II Encontro:

1. Saudamos e nos empenhamos na aprovação, a nova Minuta de Relatório da PEC 15/2015, apresentado por sua relatora, Deputada Professora Dorinha Seabra Resende, ao tempo em que evidenciamos a necessidade de maiores especificações relacionadas à metodologia de repartição dos recursos e ao processo de transição do atual modelo para o novo modelo de transferência



direta aos Estados, Distrito Federal e Municípios, reiterando as caracterizações que apresentamos na Carta do I Encontro; notadamente:

- a) Impedir que as novas vinculações sejam substitutivas do montante de recursos já comprometidos com a atual cesta de impostos;
 - b) Destinar, pelo menos, 75% dos recursos para gastos com a remuneração dos profissionais da educação;
 - c) Relativizar o impacto dos gastos com pessoal da educação para efeitos da lei de responsabilidade fiscal;
 - d) Assegurar o incremento real do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério e regular a instituição do Piso Salarial Profissional Nacional dos demais Profissionais da Educação;
 - e) Constitucionalizar o Custo Aluno Qualidade como referência do financiamento;
 - f) Considerar indicadores sociais e econômicos para efeitos redistribuição equitativa evitando a referência a prêmios ou sanções por desempenho educacional em realidades de enormes desigualdades;
 - g) Preservar os recursos do Salário Educação para financiamento de programas suplementares de apoio ao desenvolvimento educacional;
 - h) Revogar a EC 95;
2. Chamamos a indispensável e cautelosa atenção para os diálogos legislativos que relacionam a PEC 15/2015 e a PEC 45/2019 (Reforma Tributária) e com a regulamentação do Sistema Nacional de Educação, em Lei Complementar derivada do artigo 23 CF, explicitando a União, os Estados e Municípios como únicos entes públicos constitutivos das relações de cooperação interfederativa;
 3. Defendemos intransigentemente, a vinculação constitucional dos recursos públicos à educação, impedindo qualquer retração frente aos atuais patamares e incorporando novas vinculações com vistas ao cumprimento dos princípios e objetivos da educação nacional e dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais da Educação;



4. Chamamos a atenção, também, para a necessidade, já prevista em lei, do monitoramento dos Planos Estaduais de Educação e reivindicamos a urgência na implantação das referidas comissões de acompanhamento das metas respectivas;
5. Igualmente, chamamos a atenção, ainda, para a compatibilização dos orçamentos estaduais com o alcance das metas apontadas nos Planos Decenais;
6. Difundiremos e incentivaremos a aprovação de Moções de Apoio ao novo FUNDEB entre nossos pares nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais;
7. Atuaremos para expandir os compromissos resultantes do I e II Encontros Nacionais de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões de Educação junto aos pares das Assembleias Legislativas;
8. Reafirmamos, frente à tramitação da Reforma da Previdência, através da PEC 06/2019, a necessidade de alterar seu conteúdo para manter as atuais regras de aposentadoria especial para os Profissionais do Magistério da Educação Básica, permanente expostos à exaustão física e emocional em consequência das condições de trabalho, com forte impacto sobre a integridade dos profissionais da educação e o processo ensino-aprendizagem junto aos estudantes;
9. Externamos nossa total discordância com a exclusão de participação da sociedade civil no CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, fórum preferencial e exclusivo para a garantia de direitos, inclusive o direito à educação pública universal, democrática, plural, laica e gratuita;
10. Destacamos a importância de ampliarmos e aprofundarmos o debate sobre a militarização das escolas públicas de educação básica, anunciada pelo governo federal e implementada em alguns estados sob o conceito de escolas cívico-militares;



11. Proporemos e apoiaremos ações nos espaços parlamentares e nas escolas com debates sobre direitos, saúde e papel dos profissionais da educação por ocasião do Dia dos/as Professores/as, 15 de outubro;
12. Nos associamos para a participação e a difusão do Ato Nacional do Dia do/a Professor/a, em 17 de outubro, com a presença do Nobel da Paz, Dr. Kailash Satyarthi, às 16h, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados;
13. Seguimos na defesa do acesso ao exercício profissional por concurso público, o respeito às carreiras e ao Piso Salarial Profissional;
14. Nos posicionamos contra os cortes federais no orçamento da educação básica assim como nos programas do FNDE anunciados para 2020;
15. Repudiamos a retração nos orçamentos correntes das Universidades e Institutos Federais, da CAPES, do CNPq, da Universidade Aberta do Brasil e do INEP e exigimos seu imediato descontingenciamento;
16. De igual maneira, repudiamos os cortes anunciados para o orçamento de 2020 para a educação superior, profissional e tecnológica, ao tempo em que nos comprometemos com a mobilização das bancadas de Deputados e Deputadas Federais visando reconstituir as propostas orçamentárias orientadas ao efetivo cumprimento dos respectivos planos de desenvolvimento institucional, respeitada a autonomia constitucional das instituições.

Entendemos que a mobilização social que ocorre em todo o Brasil, nos atos em defesa da educação, da ciência e da tecnologia, da soberania, da democracia, dos direitos sociais, devem merecer o nosso apoio.

Para isso, nos somamos às organizações da sociedade civil, instituições educacionais e de pesquisa, sindicais, acadêmicas e estudantis, à UNDIME, ao CONSED, e conclamamos a todos para a participação no Ato Nacional em Defesa da Educação Pública e da Soberania, que se realizarão no dia 02 de outubro, em Brasília, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

De igual maneira, anunciamos nossa adesão às atividades que se articulam em razão do centenário de Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, ao tempo em que seguiremos avançando na formação de Frentes Parlamentares



Estaduais entre as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais e na composição de Pactos pelo FUNDEB Permanente e Implementação dos Planos Estaduais e Municipais entre a bancada federal de cada Unidade da Federação, as Assembleias Legislativas e as representações da UNDIME.

Agradecemos ao esforço exitoso da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, liderado pelos Deputados Thiago Silva e Valdir Barranco, de suas equipes, assim como dos parlamentares federais e entidades nacionais e locais e cidadãos participantes, ao passo em que afirmamos nosso compromisso de continuidade desta articulação, acatando a indicação da cidade de Fortaleza, no estado do Ceará, para o III Encontro Nacional, no primeiro trimestre de 2020.

Viva a educação!

Viva o Legislativo Estadual!

Cuiabá, 14 de setembro de 2019.

CARTA DE FLORIANÓPOLIS

MANIFESTAÇÃO PÚBLICA

Os/as participantes do I Seminário Estadual PNE em debate, realizado entre os dias 27 e 28 de junho, no Auditório Antonieta de Barros na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, com a participação de centenas de trabalhadores/as em educação, pesquisadores/as estudantes, dirigentes e demais segmentos da educação, celebram o encaminhamento, pelo Presidente Lula, do Projeto de Lei (PL) 2614/2024, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

Trata-se do primeiro grande evento realizado no país já sob a realidade de um projeto de educação tornado público a vigorar no país ao longo da próxima década.

Com este encaminhamento, abre-se e intensifica-se um amplo e necessário debate em torno do seu necessário aperfeiçoamento e, também, sobre os planos estaduais, distrital e municipais em todo o país.

Nesta direção, os presentes ao I seminário conclamam o Ministério da Educação (MEC) e o Fórum Nacional de Educação (FNE) a envidarem todos os esforços no sentido de promover, desde já e ao longo de todo o processo de tramitação dos planos decenais de educação, um forte engajamento da sociedade e um decisivo apoio no fomento da participação social em todo o processo de aprovação dos planos.

O PNE e o SNE, instrumentos de gestão e de mobilização da sociedade, devem ser construídos e efetivados de forma articulada e com potente engajamento e participação social, o que exige permanente envolvimento das universidades, institutos federais, fóruns, conselhos, dirigentes, estudantes e trabalhadores da educação, entre outros, em todo o processo de diálogo e pactuação para sua realização.

Santa Catarina, 28 de junho de 2024

PLENÁRIA FINAL

I Seminário Estadual PNE em Debate